

A economia política da solidariedade

The political economy of solidarity

La economía política de la solidaridad

Nilton Pinho de Bem – Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre | RS | Brasil. E-mail: nilton.bem@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1133-9547>

Eduardo Ernesto Filippi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre | RS | Brasil. E-mail: edu_292000@yahoo.com.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8311-7287>

Resumo: A Ciência Econômica, embora tenha como seu objeto de análise fenômenos do mundo material, onde ocorrem determinadas práticas de produção e de distribuição de valores, também envolve fenômenos do mundo do pensamento, ou seja, é ideologicamente condicionada. Ademais, dado que trata de um elemento vital da vida em sociedade, que é o da produção e distribuição dos meios de vida e da riqueza em geral, a economia é política, pois a produção e a distribuição sustentam-se em relações de poder entre as classes envolvidas. Nesse escopo, a economia solidária se propõe a ser uma alternativa às relações capitalistas de produção distribuição do produto social e tem suas raízes em abordagens críticas à visão hegemônica na Ciência Econômica, que compreende o modo capitalista de produção como natural e capaz de universalizar um estado de bem viver.

Palavras-chave: economia; ideologia; solidariedade.

Abstract: Economic Science, although its object of analysis is phenomena of the material world, where certain practices of production and distribution of values occur, it also involves phenomena of the world of thought, that is, it is ideologically conditioned. Moreover, given that it deals with a vital element of life in society, which is the production and distribution of means of life and wealth in general, the economy is political since production and distribution are based on power relations between classes involved. In this scope, the solidarity economy proposes to be an alternative to the capitalist relations of production and distribution of the social product and has its roots in critical approaches to the hegemonic vision in Economic Science that understands the capitalist mode of production as natural and capable of universalizing a state good living.

Keywords: economy; ideology; solidarity.

Resumen: La Ciencia Económica, si bien su objeto de análisis son fenómenos del mundo material, donde se dan ciertas prácticas de producción y distribución de valores, también involucra fenómenos del mundo del pensamiento, es decir, está condicionada ideológicamente. Además, dado que se trata de un elemento vital de la vida en sociedad, que es la producción y distribución de medios de vida y riqueza en general, la economía es política ya que la producción y distribución se basan en relaciones de poder entre las clases involucradas. En este ámbito, la economía solidaria se propone ser una alternativa a las relaciones capitalistas de producción y distribución del producto social y tiene sus raíces en aproximaciones críticas a la visión hegemónica en Ciencias Económicas que entiende el modo de producción capitalista como natural y capaz de universalizando un estado de bien vivir.

Palabras claves: economía; ideología; solidaridad.

Recebido em: 27/01/2023 | Aprovado em: 03/09/2023 | Revisado em: 29/09/2023

<https://doi.org/10.22484/2177-5788.2023v49id5178>

1 Introdução

Ao longo da história, conforme Araújo e Morais (2017) e Freitas *et al.* (2012), mas especialmente a partir da Idade Contemporânea, o trabalho se configura como uma categoria central na construção da identidade do sujeito, sendo estruturante tanto para a sociedade quanto para seus membros considerados individualmente: possui papel determinante na manutenção da saúde do trabalhador, dado que se espelha em posição socioeconômica, condiciona a socialização de adultos, atua no desenvolvimento da identidade e autoestima das pessoas e amplia suas possibilidades de conectividade e participação em redes sociais que ultrapassam os limites familiares, bem como modifica seu ambiente natural.

Entretanto, em que pese essa importância crucial para a humanidade, nos dias atuais, a vida em sociedade se caracteriza pela radicalização da dominação do capital sobre o trabalho e seus efeitos deletérios não apenas para a humanidade, mas também para com toda a biosfera. Nesse estágio de nossa civilização, conforme consta em ILO (2023), as implicações sociais e ambientais do modo capitalista de produção reemergem vigorosamente, não apenas pela exacerbação da degradação ambiental, da precariedade salarial e das renovadas formas de precarização do trabalho constitutivas da ordem mundial do capital, mas com a proeminente presença no interior do novo metabolismo social do capital da precarização das condições de existência humana. Diante desse quadro, para Alves (2013), a questão social também se configura como questão humana no sentido *lato*, onde pobreza social é adicionalmente pobreza espiritual no sentido da desefetivação humano-genérica, ou barbárie social.

Paradoxalmente, mesmo os trabalhadores assalariados, sobre os quais normalmente recaem as múltiplas formas de miséria decorrentes das estratégias cada vez mais intensificadoras de sua exploração, reproduzem as instituições capitalistas na dinâmica de suas vidas cotidianas. Essa aceitação das determinações que conformam o atual quadro sócio histórico, demonstrada pela maioria das pessoas, está ligada a uma visão de realidade subvertida por um véu que encobre as contradições estruturais do modo capitalista de produção e o apresentam como algo natural e perene.

Nesse contexto, a Economia Política tem desempenhado um importante papel tanto na afirmação da ideologia e das instituições capitalistas, quanto na sua crítica e proposição de alternativas. De um lado as abordagens tradicionais apresentam o itinerário técnico desenvolvido nos marcos do capitalismo de forma incondicionalmente associada à noção de progresso, conceito vinculado ao avanço da ciência e de tecnologias potencialmente emancipadoras dos seres humanos de limites naturais ao atendimento

de suas necessidades materiais. De outro lado, segundo Chancel *et al.* (2022), as abordagens críticas, o apresentam como algo susceptível a estratégias de dominação e exclusão, onde seus pretensos frutos são distribuídos segundo uma desigualdade estrutural beneficiando uma ínfima parcela da população em detrimento do outro.

Inserido nesse debate, esse artigo, afora a introdução, estrutura-se em três partes: na primeira parte é apresentada uma reflexão sobre fins e meios entre seres humanos e economia; na segunda parte são apresentados os elementos ontológicos característicos das abordagens ideologicamente alinhadas ao capitalismo e das que se situam criticamente a este; na terceira parte apresenta-se a economia solidária como um ideal e estratégia de ação econômica alternativa as relações capitalistas de produção e distribuição; e na sequência são apresentadas as considerações finais.

2 Vida e trabalho

Os seres humanos, desde os primórdios da espécie, quando a obtenção dos meios de vida resultava da caça e da coleta até aos tempos atuais, caracterizados pela massiva produção industrial, têm no trabalho um elemento central de tal forma que “[...] estudar a história da humanidade implica, necessariamente, estudar a relação dos sujeitos com o trabalho” (TAKAKI; ANTLOGA, 2021, p. 112).

Com efeito, com o trabalho, que é uma capacidade específica e tipicamente humana, o *homo sapiens* alcançou historicamente de forma complexa e sofisticada a “condição de autoproduzir-se e fundar-se como ser social” (TARDIN, 2021, p. 33). Nessa perspectiva, o trabalho pode ser encarado como “[...] a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1876, p. 1).

Entretanto, com o desenvolvimento do modo capitalista de produção e de instituições como a da propriedade privada dos meios de produção, do trabalho assalariado e da mercantilização da terra, especialmente a partir do século XVIII, esse trabalho socialmente empreendido e, por conseguinte, as vidas humanas, antes de mais nada, passaram a ser meios para a obtenção de lucros em mercados autorregulados pelo sistema oferta-procura-preço.

Vale lembrar que uma economia de mercado, conforme Polanyi (2012a, p. 45):

[...] significa um sistema autorregulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um tal sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa, certamente mereceria ser chamado de autorregulável.

A magnitude e o alcance dessas mudanças institucionais não apenas abriram caminho para a generalização da economia de mercado, mas paulatinamente transformaram a própria sociedade, levando à condição de mercadoria tanto os seres humanos, quanto seu ambiente natural, caracterizando-a como uma sociedade de mercado. No entanto, o trabalho e a terra, conforme adverte Polanyi (2012a, p. 77).

[...] nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado

Com efeito, nesse novo quadro institucional a classe proprietária dos meios de produção passa a usufruir de formas de controle que permitem garantir a submissão do trabalho e da classe trabalhadora aos ditames da lógica capitalista. Nesse processo, o trabalhador é transformando em assalariado e ao invés de vender seu trabalho vende sua força de trabalho, tornando-se ele próprio uma mercadoria subordinada à dinâmica de valorização do capital. Para Marx (1996), nesse modo de produção o trabalho possui o caráter peculiar de visar a produção de mercadorias que não são apenas valores de uso, mas valores de troca, que embora obtidos com o consumo da força laboral dos trabalhadores, são propriedade do capitalista, e não do trabalhador. E ainda, Marx (1996) sustenta que uma mercadoria possui dois fatores: ser um valor de uso, que é dado por sua capacidade de atender a alguma necessidade humana; e ser um valor de troca que é dado pela quantidade de trabalho humano em abstrato (social) nela contido. Também de acordo com essa abordagem, o consumo produtivo da força de trabalho somente se dá na medida em que gera valores não apenas necessários para a cobertura dos dispêndios com salários e meios de produção, mas que permite a geração de um excedente econômico. Assim, têm-se que a finalidade imediata do trabalho é a geração de uma mais valia, antes que a produção dos valores de uso necessários à vida.

Portanto, uma vez estabelecido o processo de valorização do capital, sua dinâmica de constituição e de reprodução ampliada inevitavelmente deve ter por guia a busca da maior taxa de lucro possível, ou seja, da maximização da mais valia apurada. Com isso, dados os limites naturais e políticos à expansão da jornada de trabalho e/ou ao rebaixamento dos salários da força de trabalho, a peça chave para esse intento passa a repousar nos ganhos de produtividade do trabalho.

Em Marx (1996), essa dinâmica é denominada de lei geral da acumulação capitalista, segundo a qual o reinvestimento dos lucros auferidos nos ciclos de valorização do capital descrevem um movimento de concentração e de centralização que apoiados nos recorrentes avanços da tecnologia e impulsionados pela concorrência e o crédito modificam sua magnitude, composição orgânica (relação entre valores aplicados em meios de produção e em força de trabalho, ou, dito de outra forma, proporção entre capital constante e capital variável) e controle patrimonial. Como resultado, além da redução do número de capitais isolados, que são atraídos ou eliminados pelas novas e maiores escalas de produção requeridas, tem-se também a constituição de uma massa de trabalhadores marginalizada, denominada por Marx (1996), como exército industrial de reserva, pois o avanço da acumulação se dá empregando tendencialmente uma menor proporção de capital variável em relação ao capital constante.

Entretanto, afóra o grave problema que o desemprego estrutural sempre representa à significativa parcela da sociedade, a dinâmica dos revolucionamentos técnico-gerenciais associados ao processo de reprodução ampliada do capital também passa a provocar distúrbios nos modos e na qualidade de vida das pessoas. Segundo Alves (2013, p. 236), em face de forma com que se dão as características e o comando do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho seus impactos não se restringem a questões tecnológicas e econômicas, senão que:

[...] alteraram efetivamente os termos e modos de ser da precarização do trabalho sob o capitalismo global; inclusive, contribuindo para que ela – a precarização do trabalho – assumisse, primeiro, a caracterização de precarização estrutural do trabalho e depois, adquirisse o estatuto social de precarização existencial ou ainda, precarização do homem que trabalha.

Demais, associada a essa dinâmica de tendencial precarização estrutural do trabalho, característica à globalização dos capitais também se assiste ao paulatino desmonte da legislação social protetora do trabalho, pois os direitos ligados ao trabalho e à proteção social são apresentados pelos detentores do capital como obstáculos à competitividade. Como consequência, segundo Araújo e Morais (2017), na presença das

recorrentes crises de valorização do capital, instituições como seguridade social, legislação trabalhista e sindicatos fortes são apontados como as principais causas da estagnação ou recessões econômicas e a reversão desses quadros passa ser condicionado ao seu desmonte.

Também Druck e Franco (2011) apontam que as transformações no mundo do trabalho, especialmente nos marcos da globalização neoliberal e da reestruturação produtiva vivenciada nas últimas décadas possuem em seu cerne processos de flexibilização, desregulamentação e precarização social. Ainda segundo Druck e Franco (2011, p. 11), diversos estudos têm apontado que a consolidação desse processo possui um caráter multidimensional abrangendo as instâncias econômicas, política, social, cultural “[...] que se realiza no plano macro, microssocial e do indivíduo (intra e intersíquico)”, sendo que:

As atuais crises, social e ambiental, têm raízes comuns e profundas no seio dessas sociedades, sendo a expressão contemporânea de um longo e contínuo processo histórico de despertencimento social e de desenraizamento humano em relação à natureza. (DRUCK; FRANCO, 2011, p. 11)

Nesse itinerário de desenvolvimento pode-se perceber que a economia teve invertidas suas diretivas lógicas entre meios e fins, ou seja, ao invés da economia se constituir em um meio para realização dos projetos de vida das pessoas, estas passaram a ser um meio requerido para a valorização do capital numa economia desenraizada de outros valores que não a busca de lucros. Assim, nesse ambiente, ao invés da economia submeter-se a objetivos sociais, a própria sociedade passou a se submeter à racionalidade dos mercados e da valorização do capital, conforme França Filho e Laville (2004); Gaiger (2008; 2009); Marx (1996) e Polanyi (2012a; 2012b).

3 *Homo economicus e homo socialis*

Até o advento da revolução industrial os seres humanos predominantemente submetiam a ação econômica a valores e regras legitimadas fora dos limites dos mercados. Contudo, dado o desenvolvimento do modo capitalista de produção, essas relações econômicas incrustadas em valores tradicionais foram, paulatinamente, sendo substituídas por outras pautadas por mercados autorregulados.

Esta nova organização social do trabalho com suas conseqüentes escolhas e ações, demandou, por seu turno, um esforço de abstração teórica com vistas à compreensão das bases e resultados do funcionamento dessas modernas relações de produção e distribuição. Vale destacar que:

O nascimento da Economia Política, como disciplina autônoma, está amplamente comprometido, tanto com modificações que se produziram no âmbito econômico, quanto com transformações operadas na consciência dos povos. Ela surge como uma tentativa de explicação de um mundo abarrotado de mercadorias, onde os homens trocavam seus produtos não para consumir senão para trocar, de novo, amanhã, e onde o sistema de produção gremial sofria a ação desintegradora do grande comerciante. A violência e a rapidez das transformações ocorridas, no impessoal subsolo da história, reclamavam uma explicação sobre a natureza da nova sociedade e o caminho que deveria seguir (BELLUZZO, 1998, p. 22).

Entretanto, devido às contradições inerentes ao objeto, na ciência econômica este tema foi e tem sido teorizado com representações profundamente distintas, que não são parte de um mesmo tronco ontológico e que se valem de epistemologias próprias a cada abordagem. Grosso modo, em um polo há a visão de uma economia construída por seres humanos dotados de uma natureza e razão prévias a sua vida em sociedade e que, por hipótese, é individualista, egoísta, utilitarista, e competitiva, no outro polo há outras correntes de pensamento e o entendimento de que os seres humanos constroem sua subjetividade socialmente e, em que pese a individualidade de toda e qualquer pessoa, seus valores, objetivos e ações são condicionados pelo ambiente em que concretamente vivem.

Em face a essas diferenças ontológicas, o amplo corpo teórico da Economia Política não edificou um núcleo axiomático – conceitual, teórico e metodológico – que orientasse suas pesquisas de forma a constituir corpo que unificasse suas diferentes escolas de pensamento. Essa circunstância trouxe à ciência um desenvolvimento teórico heterogêneo, onde coexistem posições conflitantes, tanto em relação ao seu objeto,

como em relação ao método e categorias de análise empregadas, conforme Bresser Pereira (2009); Fonseca (2003) e Herrera (2001).

Nesse ambiente intelectual em que não desponta um pensamento único, o pensamento hegemônico adota uma representação de sociedade real formada a partir de um conjunto de ações atomizadas de indivíduos racionais, auto interessados e naturalmente propensos a relações mercantis – o *homo economicus*-, conforme Polanyi (2012b). Essa abordagem, a partir das proposições da escola fisiocrática, permitiu os passos iniciais da Economia Política como disciplina científica autônoma com leis gerais, fora da esfera da religião ou da política. “Quem iria procurar leis abstratas da oferta e demanda, dos custos, ou do valor, quando a explicação do mundo ali estava, como um livro aberto, nas leis do feudalismo, da Igreja e nos costumes de toda uma existência” (HEILBRONER, 1996, p. 32).

Sua base de análise considerava um modelo hipotético-dedutivo apoiado na ideia de uma ordem natural, cuja manifestação econômica seria a impessoalidade do mercado capitalista, conforme Fonseca (1996); Herrera (2001) e Mazzucchelli (2003). Com esse enfoque a Ciência Econômica intentou sua afirmação como disciplina autônoma, portadora de leis próprias e independentes da vontade dos homens, não estando sujeita, por consequência, a padrões de julgamentos éticos ou morais, como ocorria nas sociedades pré-modernas, onde as economias se integravam às sociedades por intermédio de relações ancoradas em valores, ou na autoridade despótica. “A economia, assim, nasce com a negação da política – que expressa a capacidade de os homens se articularem para decidir sobre sua vida em sociedade-, e nasce, portanto, anti-ética, ou melhor a-ética” (FONSECA, 1999, p. 139).

Sendo assim, a Teoria Econômica também serviu à apologia do progresso capitalista, segundo Fonseca (1999) e Heilbroner (1996). Nessa época, naquele ambiente de profundas e relativamente rápidas mudanças sociais e econômicas, requeria-se aos economistas a tarefa de apresentar um quadro coerente sobre a nova sociedade econômica onde “[...] o que orientava cada qual à sua obrigação era o fascínio do lucro, não a força da tradição ou o chicote da autoridade” (HEILBRONER, 1996, p. 23).

Seguindo este percurso, já em meio a revolução industrial, Smith (1981) abordou o sistema econômico segundo leis oriundas de uma pretensa ordem natural, onde decisões individuais de produtores independentes e concorrentes entre si os levariam a trocarem mercadorias na proporção dos dispêndios de trabalho gastos em sua produção. Sua construção teórica supunha seres humanos naturalmente propensos à troca e ao comércio, o que resultaria na divisão social do trabalho.

Essa divisão do trabalho, da qual tantas vantagens derivam, não é originalmente e efeito de qualquer sabedoria humana, que prevê e provê aquela opulência geral a que dá ocasião. É a necessária, se bem que muito lenta e gradual consequência de uma certa propensão da natureza humana que não tem em vista uma utilidade tão extensa: a tendência para comerciar, barganhar e trocar uma coisa por outra (SMITH, 1981, p.7)

A divisão do trabalho associada ao progresso das técnicas produtivas e da manufatura, traria a dinamização da economia, a melhoria das condições de vida da população e a harmonia social. Nas palavras de Smith (1981, p. 56):

Mereceria talvez ser observado que é no estado progressista, enquanto a sociedade avança para maiores aquisições, mais do que quando adquiriu todo seu complemento de riqueza, que a condição do trabalhador pobre, do grande corpo do povo, parece ser mais feliz e mais confortável [...] A condição progressista, na realidade, é o estado alegre e cordial para todas as diferentes ordens da sociedade.

Segundo esta concepção, a integração da economia na sociedade por intermédio de mercados seria um necessário e desejável produto do individualismo utilitarista e da competição, na qual o homo economicus, empenhado no atendimento de seus interesses seria levado “[...] por uma mão invisível a promover um fim que não era parte de sua intenção” (SMITH, 1981, p. 203), ou seja, a riqueza da sociedade, e nesta dinâmica, a competição mercantil, segundo Heilbroner (1996), constituiria um provisionamento organizado para o atendimento de todas as demandas.

Associado a esta concepção, o *homo economicus*, pedra angular da ortodoxia econômica, foi descrito como “[...] um ser que deseja a posse de riqueza e que é capaz de julgar a eficácia comparativa dos meios para obter este fim” (STUART MILL, 2000, p. 97, tradução nossa), além disto, ele seria “[...] um ser determinado, necessariamente por sua natureza, a preferir uma maior porção de riqueza a uma menor [...]” (STUART MILL, 2000, p. 98, tradução nossa). Nesta perspectiva, a racionalidade do homo economicus tem em sua hipótese, tanto a capacidade de previsão de todas as opções de escolha possíveis, como a certeza de que a decisão tomada maximizará sua utilidade. Nessa abordagem, assumida pelo mainstream da Economia, o comportamento econômico do homem em sociedade seria resultado de seu egoísmo utilitarista, dispensando da análise restrições como história, cultura, valores ou outras instituições que não o mercado. Assim, essa corrente de Economia Política passou a concentrar seu interesse unicamente na lógica dos mercados, onde, dada a tendência a uma pretensa especialização produtiva, os

indivíduos obteriam através da troca, a maximização de sua utilidade, dada a hipotética escassez de recursos e ilimitadas necessidades, segundo Bresser Pereira (2009) e Mazzucchelli (2003). Vale destacar que o efeito do comércio e da divisão do trabalho, de modo geral, “[...] é fazer o homem achar mais vantajoso executar apenas um ofício; e apresento as fórmulas como se aplicaríamos a um indivíduo, apenas porque elas são, no aspecto geral, idênticas às que se aplicam a uma nação inteira” (JEVONS, 1996, p. 153).

Com esta base teórica, os primeiros economistas clássicos e neoclássicos edificaram os princípios filosóficos que permitiram representar o primado das relações capitalistas na construção do progresso e da harmonia social. Essa concepção também assumiu que os direitos naturais não se restringiriam apenas à vida e à liberdade, mas também ao direito à propriedade privada de bens materiais, que, embora não sendo inato, seria tanto quanto os outros dois, direito natural, sendo assim anterior à própria sociedade civil.

A ortodoxia econômica, portanto, percebe a sociedade como uma sociedade de mercado, decorrente da racionalidade do *homo economicus*, que busca o atendimento da maior satisfação possível de seus interesses individuais. Consequentemente, nesse tipo de organização social, a instituição mercado e a instituição propriedade privada formam os valores que devem regular a sociedade em geral, e não o contrário:

[...] em uma sociedade na qual a quantidade disponível de certos bens é inferior à demanda dos mesmos, é impossível [...] que se consiga atender totalmente às necessidades pertinentes de todos os indivíduos que compõem a referida sociedade; é absolutamente certo que, em tal situação, parte dos indivíduos da sociedade verá suas necessidades desatendidas, ou atendidas parcialmente. É aí então que entra em jogo o instinto egoístico do homem; nesse caso em que a quantidade disponível não é suficiente para todos, cada indivíduo se empenhará em atender, da maneira mais completa possível, sua própria necessidade, com exclusão dos outros. Qualquer que seja o reparte dos bens que se colocam nas relações acima referidas, a demanda de parte dos membros da sociedade não será coberta, ou será apenas em parte, de modo que esses indivíduos terão um interesse que, com referência à quantidade parcial de bens disponível, é diametralmente oposto ao interesse daqueles indivíduos que já se apropriaram dessa parcela de bens. Com isso surge a necessidade de uma providência - que a sociedade assegure proteção da lei aos indivíduos que conseguiram apossar-se legitimamente da referida parcela de bens, contra os ataques dos demais indivíduos. Chegamos assim à origem econômica de nossa ordem jurídica atual: a proteção à propriedade, que constitui o fundamento da propriedade (MENGER, 1983, p. 270-271).

Segundo essa concepção ideologicamente alinhada ao capitalismo e à propriedade privada, fica claro que comportamento racional diz respeito exclusivamente ao eficiente uso dos meios para alcançar determinados fins, não importando sua natureza. Logo, o comportamento racional, individualista por natureza e eficaz por princípio, sempre buscará a máxima utilidade, independentemente dos fins contidos no conceito de utilidade, quer “[...] sejam definidos como busca de prazer, satisfação de desejos, atendimento de necessidades, ou simplesmente como preferências” (AUGUSTO, 2014, p. 14).

Demais, esta construção teórica, diferentemente de sua pretensa neutralidade e positividade, contém caráter normativo, pois, assumindo a racionalidade humana como necessariamente utilitarista e voltada à produção e troca mercantil, se presta à apologia da reprodução e expansão da sociedade capitalista. Seguindo essa linha de raciocínio, de Augusto (2014) tem-se que, independentemente das condições sociais objetivas em que se opera a divisão do trabalho e a distribuição da renda, aos proprietários dos meios de produção não é vista outra possibilidade racional de ação que não a buscar a obtenção do maior lucro possível, uma vez que disto depende a continuidade de seus empreendimentos, o que, por extensão, leva à manutenção da oferta de bens úteis à sociedade e geração de empregos aos trabalhadores. Ainda, segundo esse enfoque destituído de história e esvaziado dos temas da vida real, tais como as desigualdades sociais, os conflitos e as crises, a Teoria Econômica ortodoxa centrou-se na formulação de modelos de sistemas de mercados concorrenciais, onde agentes econômicos racionais e competitivos conduziram a economia a uma alocação ótima dos, hipoteticamente escassos, fatores da produção, conforme Bresser Pereira (2009) e Polanyi (2012b).

O desdobramento dessa formulação teórica levou ao surgimento da escola utilitarista que se propunha a “[...] dar fundamentos científicos à Economia Política”, purificando-a da impregnação política e ideológica que seria característica à abordagem histórica (MAZZUCHELLI, 2003, p. 138). Com isto, as bases conceituais e metodológicas hegemônicas na Ciência Econômica passaram a se pautar por uma metodologia hipotético-dedutiva, com suas leis, teorias e previsões dispensadas da aderência à realidade objetiva, dado que pretensamente partiam de uma base filosófica irrefutável, fundada na natureza racional, individualista, utilitarista e mercantil dos seres humanos, ou seja, partia do *homo economicus*, conforme Ávila (2010) e Bresser Pereira (2009). Nesse cenário ideológico, prevalece a visão de uma realidade econômica resultante do embate travado por pessoas racionais, utilitaristas e individualistas entre si e com seu meio ambiente para o atendimento de suas necessidades. Também, segundo essa concepção, essa forma de organização social da economia inevitavelmente traria consigo um

harmonioso progresso, contrapondo, por seu turno, às bases conceituais e metodológicas das visões de uma economia instituída por relações de produção e distribuição historicamente situadas e sujeitas às relações de poder e contradições de interesses entre as classes sociais envolvidas. É importante lembrar que:

A troca é um processo tão importante na maximização da utilidade e na economia de trabalho que alguns economistas consideram sua ciência como se ela tratasse unicamente dessa operação. A utilidade provém dos bens que entram na posse de quem deles necessita em quantidades adequadas; e é pela troca, mais do que por qualquer outro meio, que isso se dá” (JEVONS, 1996, p. 51).

Consequentemente, as correntes de pensamento econômico fundadas na Economia Clássica e Neoclássica têm em seu corpo teórico elementos que servem a um processo de disputa ideológica e política acerca da concepção de sociedade e de progresso. Este último encarado como sinônimo de mudança social universal emancipadora dos seres humanos de condições precárias de existência. Tal fato, entretanto, tem suscitado uma tendência de polarização entre as visões que defendem a manutenção do status quo e as que pregam sua superação:

[...] a clivagem mais profunda localizável no seio da ‘comunidade científica’ (fictícia) dos economistas separa, em última análise, partidários e adversários do capitalismo. Aqueles que por uma razão não efetuam sua crítica contra a ordem social, pois eles acreditam que o sistema pode ser corrigido, e aqueles que se engajam em uma crítica radical rejeitando a ideia de regulação de um capitalismo civilizado (HERRERA, 2001, p. 10).

Posteriormente, situando-se criticamente à abordagem clássica, Marx (2008) negou a hipótese de uma natureza humana individualista e hedonista e sustentou que a consciência das pessoas é condicionada pelas relações sociais e não o contrário e, especialmente, sua ideologia está intimamente ligada às formas objetivas de produção da vida material. Nas palavras de Marx (2008, prefácio):

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material

condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.

Posteriormente, situando-se criticamente à abordagem clássica, Marx (2008) negou a hipótese de uma natureza humana individualista e hedonista e sustentou que a consciência das pessoas é condicionada pelas relações sociais e não o contrário e, especialmente, sua ideologia está intimamente ligada às formas objetivas de produção da vida material¹. Segundo essa concepção, o estudo da riqueza e de sua distribuição entre as classes que a produzem socialmente deveria contemplar os elementos históricos, culturais e políticos dinamicamente correlacionados. Para tanto, Fonseca (1991), em vez de um método hipotético-dedutivo, unicamente sustentado na lógica formal, tem-se como método o materialismo dialético, ou seja, as leis e teorias partem de abstrações da realidade e devem ser validadas em sua consistência à luz da história e dos fatos sociais. Com isso, a abordagem marxiana apresenta uma crítica não apenas lógico-gnosiológica, voltada para a investigação das condições de validade das teorias sob análise, mas uma crítica ontológica, dirigida à investigação dos pressupostos reais das teorias conforme Monfardini (2016). Nessa perspectiva, a investigação crítica desenvolvida por Marx (1996) não se restringiu às teorias da sociedade, mas contemplou a análise concreta de suas estruturas, bem como das circunstâncias e interesses que levam às ideias distorcidas, ou fetiches a seu respeito, como a verificada com a apologia do homo economicus e a natural supremacia do mercado como instituição capaz de conduzir os seres humanos ao progresso e ao bem-estar.

Efetivamente, ao observar-se a história das sociedades humanas, pode-se perceber que, até a modernidade, a produção e a distribuição dos meios necessários à vida eram normalmente enraizadas, ou imersas, em valores e relações sociais de natureza não mercantil, onde a economia se constituía em um meio ao atingimento de outros fins:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza seus bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos (POLANYI, 2012a, p. 48).

Segundo Polanyi (2012a, p. 40), uma análise substantiva do tema da subsistência humana não pode resumir-se às condições econômicas peculiares à modernidade e ao capitalismo, pois “[...] a economia de mercado é uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disso, que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo”. Polanyi (2012a) observa ainda, nesse sentido, que ao longo da história na maior parte das sociedades, a economia se mostrava enraizada em valores sociais com forte presença de relações de redistribuição, bem como de reciprocidade na distribuição do produto social.

A reciprocidade e a redistribuição são capazes de assegurar o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administração, apenas porque a organização das sociedades em questão cumpre as exigências de tal solução com a ajuda de padrões tais como a simetria e a centralidade (POLANYI, 2012a, p. 51).

Segundo sua crítica, a análise e a Teoria Econômica não podem se restringir ao aspecto formal, ou seja, não podem se limitar ao pretensível dilema entre meios escassos e múltiplos fins.

Com efeito, a compreensão do objeto e o método em economia devem ultrapassar essa visão formal, devendo partir de uma visão em que os seres humanos se relacionam entre si e com o seu ambiente natural para o provimento de sua subsistência por intermédio de instituições socialmente construídas, conforme França Filho e Laville (2004) e Polanyi (2012a; 2012b). Logo, para que reflita a realidade objetiva, a análise econômica deve partir de uma representação de economia, como um processo histórico e institucionalizado, que conecta os agentes de maneira regular e estável em dinâmicas sociais mais amplas do que simples escolhas isoladas. Faz-se necessário acrescentar que:

[...] as correntes institucionalistas [...] reconhecem que o cálculo perfeito, a racionalidade autossuficiente, os modelos cognitivos puros não existem. A economia é impura no sentido em que a sua racionalidade é limitada pelas ‘instituições, modos de pensar e de agir que os homens criaram para enfrentar a incerteza e o inesperado (HESPANHA, 2009, p. 50).

Seguindo uma abordagem que prevê uma realidade multifacetada, Laville (2014) aponta que, mesmo com a hegemonia do mercado capitalista, não há uma pureza institucional, já que a sociedade possui uma dinâmica de constante reconstrução e muitas de suas instituições coexistem com formas pré-modernas sempre que estas se mostram compatíveis com as motivações de seus agentes.

Portanto, a análise e formulações teóricas acerca das relações sociais de produção e distribuição possuem diversas possibilidades metodológicas. Porém quando o objeto de estudo é focado como algo mutante e multifuncional tem-se uma maior aderência à realidade, pois essa é mutante, já que as referências conceituais que sustentam a ação, e as instituições que vão sendo constituídas sofrem constantes reconfigurações pelos sujeitos. Além disso, a realidade também é multifuncional, no sentido de que a ação econômica não é resultado apenas de interesses comerciais, podendo contemplar a intenção de não seccionar de princípios e objetivos morais, ambientais e éticos.

4 Marginalização social e resistência solidária

Conforme observou Polanyi (2012a), a dinâmica das sociedades modernas sob os marcos do capitalismo foi governada por um duplo movimento: de um lado aquele decorrente das relações mercantis que se expandiam continuamente e transformavam em mercadorias os seres humanos, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra; assim como outro contramovimento defensivo de parte da sociedade que buscava a constituição de instituições que preservassem o tecido social dos males decorrentes do modo capitalista de produção.

Com efeito, Marx (1996), observando-se a história do modo capitalista de produção percebe-se que lógica da reprodução ampliada do capital envolve uma dinâmica que tanto concentra e centraliza os meios de produção, quanto permanentemente produz uma superpopulação relativa de trabalhadores, pois o avanço do reinvestimento dos lucros se baseia em tecnologias que reduzem a necessidade de trabalho vivo em face ao aumento do capital constante. Na esteira desse processo, a hegemonia e a globalização das relações capitalistas de produção ancoradas em interações políticas, sociais, econômicas, científicas e tecnológicas trouxe consigo uma ordem regida pelo poder do dinheiro. Neste moinho satânico, segundo Polanyi (2012a), não há distinção entre o tipo ou a finalidade da mercadoria produzida, não importando se é algo essencial e portador de valores culturais tão expressivos como, por exemplo, o caso dos alimentos. Isso acontece porque para o capital, questões como escassez, abundância ou qualidade não são categorias de análise relevantes para a alocação dos fatores da produção, exceto se significarem interferência na taxa de lucro dos empreendimentos. Consequentemente, se o preço da sustentação de preços for a fome, o mercado não hesitará em promovê-la, bem como não vacilará em alterar as qualidades intrínsecas dos alimentos se este for preço da competição e de acesso a mercados.

Assim, o capitalismo em sua forma oligopolista passou a se apresentar como uma ameaça à história humana, dilacerando o Estado como Nação, conferindo-lhe uma marca extrema de servilismo em sua estrutura e interações sociais, onde o lucro passou a forjar a ética nas relações entre empresas, Estado e sociedade, conforme Pinto (2009). Com isso, embora o Estado capitalista busque se apresentar como baluarte da liberdade e igualdade entre todos os indivíduos, expressa na verdade a função de organizar politicamente as classes dominantes e fazer o oposto com as dominadas, ou seja, aquela que vive da venda de sua força de trabalho. Cabe esclarecer que:

[...] o Estado capitalista tem por função desorganizar politicamente as classes dominadas, enquanto organiza politicamente as classes dominantes; de excluir do seu seio a presença, enquanto classes, das classes dominadas, enquanto nele introduz enquanto classes, as classes dominantes; de fixar a sua relação com as classes dominadas como representação da unidade do povo-nação, enquanto fixa a sua relação com as classes dominantes como relação com classes politicamente organizadas; em suma, esse Estado existe como Estado das classes dominantes, ao mesmo tempo que exclui do seu seio a 'luta' de classes. A contradição principal desse Estado não consiste no fato de se 'dizer' um Estado de todo o povo quando é um Estado de classe, mas, precisamente, no fato de se apresentar, nas suas próprias instituições, como um Estado de 'classe' (das classes dominantes que contribui para organizar politicamente) de uma sociedade institucionalmente fixada como não-dividida-em-classes; no fato de se apresentar como um Estado da classe burguesa, subentendendo que todo o 'povo' faz parte dessa classe (POULANTZAS, 1977, p. 182).

Nessa dinâmica em que marginalização, miséria e fome sistematicamente passaram a assolar significativa parcela da classe trabalhadora destituída dos meios de produção, foi tomando corpo um novo conjunto de ideias, ideais e práticas socioeconômicas que passou a fazer parte das estratégias de sobrevivência das populações empobrecidas e excluídas. Dentro dessas estratégias, despontaram o associativismo e o cooperativismo solidários.

Sobre esse movimento, merece especial destaque a contribuição dos pensadores utópicos dos séculos XVIII e XIX que passaram a expor e polemizar o quadro de miséria e penúria em que se encontrava a classe trabalhadora europeia e propunham formas de enfrentar as injustiças sociais com um novo modelo de relações sociais de produção, que contemplasse parâmetros de justiça social e distribuição equitativa da riqueza gerada pela classe operária, conforme Polanyi (2012a). Essas primeiras iniciativas decorrentes das ideias e ações dos socialistas utópicos e das organizações de trabalhadores na Europa, denominadas de cooperativismo revolucionário, se mobilizavam, conforme esclarece

Singer (2002), para prover os meios de vida de seus membros segundo princípios de autogestão e de simetria em seus direitos e deveres.

De outra parte, como os empreendimentos solidários que passaram a se constituir concretamente conviviam em meio às sociedades hegemonicamente capitalistas pode-se perceber que, desde suas primeiras iniciativas na Europa do Século XIX, essas organizações autogestionárias revelaram e têm revelado estratégias sociais e econômicas que empregam recursos provenientes do mercado, recursos de natureza não mercantil e, ainda, recursos alheios à lógica monetária, como as práticas de ajuda mútua. Nessa toada, essas iniciativas passaram a combinar princípios de reciprocidade e simetria de tratamento entre os sujeitos, com princípios da centralidade, presente nas relações de redistribuição, bem como com relações de troca condicionada a valores, sempre buscando se manter incrustadas socialmente, não condicionando suas ações apenas a cálculos de eficiência ou rentabilidade, tal como esclarecem França Filho e Laville (2004) e Gaiger (2006; 2009). E ainda, cabe esclarecer que, conforme Ferrarini *et al.* (2018, p. 175):

Seria justo dizer que a autonomia alcançada pela esfera econômica na modernidade está na raiz dos problemas sociais e ambientais de nosso tempo, amplamente discutidos pela sociologia. Também as alternativas de superação desses problemas requerem concepções e práticas novas e plurais, capazes de reintegrar economia e sociedade. A economia solidária congrega temas relevantes para dilemas contemporâneos já inquiridos pela sociologia, como o aumento da desigualdade global, a degradação ambiental, a crescente desregulamentação do trabalho, as novas pautas de emancipação social, as questões de gênero, os novos movimentos sociais e as políticas públicas.

Em termos de sua evolução ao longo do tempo, observou-se que após um vertiginoso avanço inicial no número de empreendimentos e de seus quadros sociais, a economia solidária começou a perder vigor. Essa tendência, por seu turno, manteve-se presente em grande parte do século XX, redundando num recuo da presença e do protagonismo de empreendimentos associativos autogestionários entre as estratégias de mudança social. Também, em face à progressiva assimilação da economia solidária pelas instituições do Estado, seus propósitos políticos iniciais foram sendo paulatinamente descaracterizados. Observou-se, assim, tanto serem relegadas à condição de dispositivos complementares dos sistemas de seguridade social, quanto sua maior inserção na economia de mercado com um discurso de eficiência técnica e econômica, onde valores sociais que eram sua marca e fundamento originários perderam prioridade, segundo França Filho e Laville (2004), Gaiger (2009) e Singer (2002).

De outra banda, com as recorrentes crises econômicas e ambiental verificadas a partir do último quartel do século XX, que impactaram negativamente os mercados de trabalho e solaparam as bases das políticas públicas de bem-estar social dos países, segundo Tauille e Faria (2004), novamente as estratégias solidárias de inclusão social e de geração de renda voltaram à ordem do dia. Nesse contexto, a partir da década de 1970, verificou-se o ressurgimento de organizações sociais que reafirmavam a necessidade de práticas econômicas baseadas em outros princípios e valores, como equidade e sustentabilidade e não apenas na concorrência e no lucro conforme Gaiger (2009) e Hespanha (2009). Na América Latina, a partir dos anos 1980, e no Brasil, especialmente a partir de 1990, estas iniciativas que passaram a ser denominadas de empreendimentos de economia solidária espelhando a associação livre, democrática e autogestionárias dos trabalhadores passaram a incorporar em seus objetivos, segundo Gaiger (2015) e Laville (2014), além do resultado econômico, outros benefícios, como por exemplo, qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã.

Nessa perspectiva, para Caeiro (2008), Gaiger (2009) e Laville (2014), a economia solidária transpôs os aspectos produtivos e distributivos e passou a contemplar o engajamento em problemas mais amplos. Seus empreendimentos têm procurado contrapor a dicotomia entre o econômico e o social, conciliando temas como eficiência, cooperação produtiva, justiça distributiva e resiliência socioambiental. Nessa trajetória, segundo Gaiger (2014), a ação solidária não tem se restringido apenas à geração de oportunidades de trabalho e de renda, mas também atende ao anseio de um protagonismo emancipatório dos sujeitos na construção de projetos de vida alternativos ao individualismo utilitarista, ao trabalho alienado e ao consumismo.

A economia solidária, portanto, ao longo do tempo têm se constituído numa estratégia de resistência e reprodução social de pessoas ameaçados em sua sobrevivência. Nesse intento, que tem sua lógica assentada em um padrão reflexivo e construtivista, os elementos institucionais da realidade, a herança cultural e as aspirações dos sujeitos forjam estruturas e instituições sociais indutoras de renovados padrões de consciência coletiva e individual. Com isso, como esclarecem França Filho e Laville (2004) e Hobsbawn (1981), a ação econômica orientada por sentimentos de pertencimento, passou a não se restringir apenas a questões de ordem material e avançou para objetivos políticos, sociais e ambientais.

5 Considerações finais

As relações entre os seres humanos e desses com a natureza, nos marcos da modernidade, têm se pautado pela proeminência dos interesses econômicos individuais de curto prazo. Diversos fatores podem ser apontados para isso, tais como as urgências de sobrevivência, a busca de lucros, ou ainda o desconhecimento da complexidade da biosfera.

Nessa realidade, o modo capitalista de produção possui sua hegemonia sustentada em uma ideologia que vê em sua dinâmica algo justo e necessário tanto por ser natural, quanto por pretensamente possuir o condão de prover o maior bem-estar possível a todos os povos. Essa visão de mundo resta por conferir credibilidade à sociedade de mercado, fazendo com que aqueles que tem o poder de comandar e os que tem por papel obedecer percebam como justas e necessárias as leis e os costumes que disciplinam a vida nesse ambiente. Entretanto, o curso da história tem nos mostrado que as propaladas leis de mercado, ao contrário da sustentável universalização do progresso e do bem-estar, em que pese o grande avanço na oferta de mercadorias, têm trazido consigo um quadro de concentração da renda e da propriedade, de marginalização de crescentes segmentos da população trabalhadora, bem como de degradação ambiental.

Assim, dado esse contexto caracterizado por recorrentes crises econômicas e sociais, bem como por uma crescente crise ecológica, a busca das razões dos problemas enfrentados e das soluções para suplanta-los deve se basear numa abordagem que transcenda os simples cálculos de rentabilidade e de produtividades econômicas tão caras à visão mercantil das relações humanas.

Portanto, propostas alternativas a ordem dominante e que buscam a solução dos problemas vividos em nossas sociedades devem se valer de um arcabouço metodológico, teórico e ideológico que conquiste respaldo social e que motive os sujeitos a uma nova práxis econômica onde a solidariedade, a equidade e a sustentabilidade sejam valores fundacionais. Nessa perspectiva, a construção e a propagação coletiva de uma visão de mundo que sustente a ação econômica em princípios de simetria entre os sujeitos e de respeito a resiliência do ambiente natural nos parece ser o principal desafio nesse estágio de nossa civilização.

Referências

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho: a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235-248, 2013.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017.

AUGUSTO, André Guimarães. Uma sugestão de explicação ontológica para o caráter normativo da racionalidade neoclássica. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 11-35, 2014. Disponível: <http://www.sep.org.br/revista>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ÁVILA, Róber Iturriet. **Do homem smithiano ao homo economicus**: egoísmo e dissolução da moral. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciência Econômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo**: um ensaio sobre a economia política. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 163-190, 2009.

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1 p. 61-72, 2008.

CHANCEL, Lucas *et al.* **World inequality report 2022**. 2022. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/>. Acesso em: 02 ago. 2023.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. Trabalho e precarização social. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1 esp., p. 9-13, 2011.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em: 18 ago. 2021.

FERRARINI, Adriane Vieira *et al.* O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, Sergipe, v. 6, n. 12, p. 321-349, 2018.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. **O método em economia**: uma perspectiva histórica. Teresina: Bional, 1991. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/publications/om%C3%A9todo-em-economia-uma-perspectiva-hist%C3%B3rica>. Acesso em: 06 dez. 2017.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Economia e ética. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 139-144, 1999. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/publications/economia-e-%C3%A9tica>. Acesso em: 06 dez. 2017.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Evolução da ciência econômica. In: SOUZA, Nali de Jesus de (org.). **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 41-66.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O método como tema: controvérsias filosóficas, discussões econômicas. In: CORAZZA, Gentil (org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 17-34.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.

FREITAS, Rosana de C. M. *et al.* A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **R. Katál**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2012.

GAIGER, Luiz Inácio G. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-545, 2006. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estado/>. Acesso em: 01 mar. 2017.

GAIGER, Luiz Inácio G. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 11-19, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio G. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 81-99, 2009. Disponível em: <https://rccs.revues.org/378>. Acesso em: 25 nov. 2016.

GAIGER, Luiz Inácio G. (org.). **A economia solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, v. 79, p. 43-63, 2015.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HERRERA, Rémy. Existe um pensamento único em economia política? **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 7-25, 2001.

HESPANHA, Pedro. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 49-63, 2009. Disponível em: <https://rccs.revues.org/378>. Acesso em: 25 nov. 2016.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções (Europa 1789-1848)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ILO (International Labour Organization). **World employment and social outlook trends, 2023**. Geneva, 2023. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_865387.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

JEVONS, W. Stanley. **A teoria da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LAVILLE, Jean-Louis. Mudança social e teoria da economia solidária: uma perspectiva maussiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 36, p. 60-73, 2014.

MARX, Karl. **O capital (crítica da economia política)**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAZZUCHELLI, Frederico. Senior, Jevons e Walras: a construção da ortodoxia econômica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 137-146, 2003. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=555&tp=a>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MONFARDINI, Rodrigo Delpupo. O capital e a crítica ontológica. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 43, 2016. Disponível em: <http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/157>. Acesso em: 19 dez. 2017.

PINTO, Florentino de Carvalho. Uma história do cooperativismo sob a perspectiva utópica. **Revista de Administração e Contabilidade**, Feira de Santana - Ba, v. 1, n. 1, p. 61-75, jun./dez. 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação, as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012a.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SINGER, Paul I. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2. ed. São Paulo: Hemus, 1981.

STUART MILL, Jonh. On the definition of political economy; and on the method of investigation proper to it. *In*: STUART-MILL, Jonh. **Essays on some unsettled questions of political economy**. 2. ed. London: Batoche Books, 2000.

TAKAKI, Katsumi Taís; ANTLOGA, Carla Sabrina Xavier. Capitalismo e trabalho: relações de precarização na pós-modernidade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 112-125, abr. 2021.

TARDIN, José Maria. Agricultura. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

TAUILLE, José Ricardo; FARIA, Luiz Augusto Estrella. A acumulação produtiva no capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 280-296, abr./jun. 2004.